Nº 79 JULHO/2009

UM JORNAL A SERVIÇO DO PT DEMOCRÁTICO, SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO

Reconquistar a UNE!

51º Congresso em Brasília, de 15 a 19 de julho págs. 3 a 5

Iriny presidente

Uma mulher na direção do PT págs. 6 a 8

NESTA EDIÇÃO

ENCARTE ELETRÔNICO

Resoluções da XI Conferência Nacional da AE

http://www.pagina13.com.br

EDITORIAL

Página 13 reservou as páginas centrais desta edição para apresentar Iriny Lopes, nossa candidata à presidência nacional do Partido dos Trabalhadores, no processo de eleição das direções partidárias, marcado para novembro deste ano.

As tendências da esquerda petista estão fazendo um esforço para se unificar, em uma só chapa e em uma só candidatura a presidência nacional. E estão tentando, também, reproduzir a mesma unidade nos estados e nos municípios.

Nós da Articulação de Esquerda acreditamos que a chapa da esquerda e a candidatura presidencial de Iriny Lopes devem ter duas metas principais:

a) por um lado, defender o programa democrático-popular e socialista

b) por outro lado, defender o protagonismo do Partido, agora, durante a campanha e durante o futuro governo Dilma.

Esta defesa do programa e do Partido têm um significado muito especial neste momento que estamos vivendo no mundo, na América Latina e no Brasil. Os governos de esquerda e progressistas atuaram, desde 1998 até 2008, num cenário internacional que tornou possível combinar, com os limites conhecidos, o que parecia impossível: uma política que beneficiava os de baixo, sem fazer ruptura com os de cima.

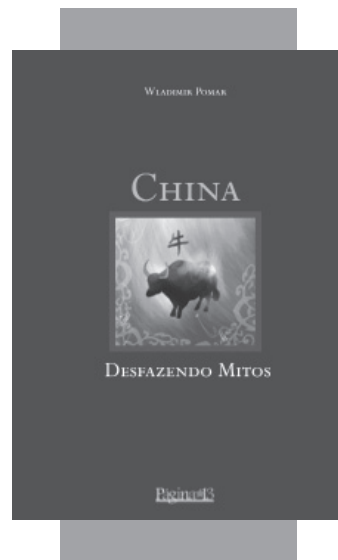
A crise internacional reduziu a margem de manobra destes governos. Nesta nova conjuntura, precisamos de mais alianças com o povo, mais vontade política para mexer em temas como a democratização da comunicação e a reforma política; precisamos, também, de mais unidade das esquerdas e protagonismo do PT.

AE na direção da CUT RS

A Articulação de Esquerda está na direção da CUT estadual com o eletricitário Rodrigo Schley e com o professor Derlan Trombetta, que vão ocupar, respectivamente, vaga na Direção Executiva e na Direção Ampliada, no triênio 2009-2011. A decisão foi tomada no 12º Congresso Estadual da CUT ocorrido de 19 a 21 de junho, em Imbé, RS.

Wladimir Pomar lança novo livro sobre a China

O jornalista e escritor Wladimir Pomar lança seu novo livro China desfazendo mitos, pela Editora Página 13 e Publisher Brasil.

A obra é uma coletânea de diversos artigos veiculados em jornais e revistas nos últimos anos, grande parte deles no Correio da Cidadania, que ganha uma edição organizada em grandes temas que tratam desde as razões do acelerado crescimento às distorções difundidas pela mídia internacional, apresentando um pouco da sua história, as características do socialismo chinês, o papel desse país no mundo globalizado e as relações Brasil-China, entre outros assuntos.

O AUTOR

Wladimir Pomar, militante político desde 1949, ajudou a fundar o PcdoB (1962), foi preso político, nos anos 1970 viveu na clandestinidade, integrou a executiva nacional do PT (1984-1990), foi coordenador-geral da campanha Lula presidente (1989). Colabora regularmente com o jornal Correio da Cidadania e a revista Teoria e Debate. É autor de diversos estudos e livros sobre a China entre os quais *O enigma chinês: capitalismo ou socialismo* (Alfa-ômega); *China, o dragão do século XXI* (Ática); *A revolução chinesa* (Unesp).

COMO ADQUIRIR: O preço da obra em livrarias é de R$ 39,00, na Editora Página13 é de R$ 30,00 já com o custo de envio. Para adquirir o livro com desconto, os interessados devem fazer o pagamento através de depósito bancário no Banco do Brasil, agencia 3321-9, conta corrente 34297-1 em nome de Rubens Alves da Silva e confirmar o depósito e pedido (com dados para o envio), através do e-mail: chaves.sirlei@gmail.com

EXPEDIENTE

Página 13 é um jornal publicado sob responsabilidade da direção nacional da Articulação de Esquerda, tendência interna do Partido dos Trabalhadores.

Direção Nacional da AE: Adriano Oliveira (RS), Altemir Viana (AM), Angélica Fernandes (SP), Bruno Elias (TO), Beto Aguiar (RS), José Correia Neto(SE), Célio Antonio (SC), Expedito Solaney (PE), Fernando Nascimento (PE), Geraldo Cândido (RJ), Iole Iliada (SP), Ivan Alex (BA),Iriny Lopes (ES),Isaias Dias (SP), Jairo Rocha (MT), Janete da Costa Godinho (SC), Jonas Valente (DF), Larissa Sousa Campos (MG), Laudicéia Schuaba Andrade (ES), Lício Lobo (SP), Mário Cândido de Oliveira (PR), Marcel Frison (RS), Marcelino Gallo (BA), Marcelo Mascarenha (PI), Múcio Magalhães (PE), Pere Petit (PA), Rafael Pops (GO), Rafael Pinto (SP), Rosana Ramos (DF), Rosana Tenroller (RS), Rodrigo César (RJ), Rubens Alves (MS), Saulo Campos (MG), Thalita Coelho (PA), Valter Pomar (SP)

Edição: Valter Pomar **Diagramação**: Cláudio Gonzalez (Mtb 28961) **Secretaria Gráfica**: Edma Valquer **Assinaturas:** Sirlei Augusta Chaves e-mail: chaves.sirlei@gmail.com **Endereço para correspondência:** R. Silveira Martins,147 conj. 11- São Paulo/SP CEP 01019-000

Reconquistar a UNE, para a luta e para as/os estudantes

Contribuição aos debates do 51º Congresso da UNE, em Brasília, de 15 a 19 de julho de 2009

O ano de 2008 foi marcado pelo processo de construção de uma estratégia, unitária entre os campos que participam da UNE, de apresentar uma proposta de reforma universitária dos estudantes. No CONUNE de 2007 dizíamos que o movimento estudantil estava *"perdendo a iniciativa de elaborar a* ***sua*** *proposta de transformação da universidade brasileira, e efetivamente disputá-la, buscando incidir sobre as decisões governamentais"*.

Fruto do acerto desta posição, o presente ano iniciou com a aprovação da proposta de Reforma Universitária da UNE no 12º Conselho Nacional de Entidades de Base da UNE, dos dias 17 a 20 de janeiro, em Salvador. Ocorre, porém, que os estudantes brasileiros não conhecem esta proposta, uma vez que foi elaborada por poucas mãos e não foi alvo de discussões nas universidades.

No CONEB, já dizíamos: *"Sem luta política e gente na rua, nosso programa não irá além de um mero conjunto de intenções"*. E de fato, a UNE encontra-se extremamente enferrujada para travar a luta política nas universidades em torno de seu projeto.

Um olhar sobre o mundo e o Brasil

Seria muito fácil culpar a ganância dos invetidores, a farra e o parasitismo especulativo, pela crise atual, mas isto é apenas uma parte do problema. Trata-se de uma **crise sistêmica do capitalismo**, não apenas do mercado financeiro. Muito se produz e poucos podem consumir. É a contradição fundamental que não se resolve, daí as recorrentes crises.

O capitalismo tem inúmeras formas de contornar suas crises. Quando não consegue elas estouram, como ocorre hoje.

Esta crise, gerada no centro do capitalismo mundial (EUA) desmascara a idéia de que o Estado não deve regular a economia, martelada nas últimas décadas. Porém, ela também evidencia que o capitalismo é um sistema "crísico" e sua vigência é resultado de uma opção política e social, e justamente por isso pode ser transformado.

Os desdobramentos para esta crise dependerão da luta social em cada país: **quanto mais massiva, intensa e radical for a reação do povo, mais avançado será o desenho do mundo pós-crise**. Mas também dependerão do confronto de interesses entre diferentes Estados e blocos de países – aqueles que saírem mais rápido e em melhores condições estarão mais bem posicionados para influenciar o novo sistema de poder mundial e o seu caráter.

Em nosso continente vivemos uma mudança de época. Estamos nos distanciando da agenda imperialista para o continente e construindo alternativas à hegemonia neoliberal. Hoje, a América Latina ocupa posição estratégica no cenário mundial e está melhor preparada para enfrentar a crise justamente por essa guinada.

O governo Lula reagiu à crise com mais investimento público, mais investimento social, mais mercado interno, mais Estado, mais integração continental. O rumo geral destas medidas é correto, mas **é preciso ir além, especialmente se queremos, sobre os escombros do neoliberalismo, construir outra ordem.**

A crise econômica nos países centrais do capitalismo reforça as possibilidades de que o Brasil vivencie um novo ciclo de desenvolvimento. A natureza deste novo ciclo está em disputa e passa, desde já, pelo enfrentamento à crise. Portanto, não nos basta recuperar a soberania nacional, ampliar a democracia e fortalecer o Estado. **Devemos pressionar para que se realize reformas estruturais**, colaborando para a abertura de um novo ciclo histórico, que deixe para trás as décadas perdidas, o neoliberalismo e o desenvolvimentismo conservador.

Esta disputa terá as eleições de 2010 como palco principal. Estas eleições serão polarizadas pelos dois campos que disputam os rumos do país: de um lado, as forças de esquerda e progressistas, o bloco nacional, democrático e popular, encabeçado pelo PT; de outro lado, as forças neoliberais e de direita, o bloco conservador, dependente e monopolista, capitaneado pelo PSDB. Por isso, a UNE não pode vacilar e deve deixar claro que não quer o mero continuísmo, mas sim tomar o que foi feito como alavanca para avançar, especialmente em direção à mudanças estruturais.

Para enfrentar a crise e disputar os rumos do país e do mundo, propomos:

*Nenhuma ajuda aos capitalistas: eles que paguem pela crise deles! Manutenção do emprego e dos salários; redução da jornada de trabalho sem redução dos salários; aprovação de uma medida provisória no Congresso nacional para proibir as demissões.

*Fim imediato do bloqueio à Cuba; todo apoio à integração soberana da América Latina; pelo fortalecimento da Unasul, Mercosul, Alba, Conselho de Defesa da América do Sul e Banco do Sul; fortalecimento das relações sul-sul; diminuir a dependência econômica do continente em relação aos países centrais.

*Ampliação dos investimentos públicos estatais; ampliação dos programas sociais e de distribuição de renda; diminuição da tributação da população de baixa renda.

*Não à ditadura do capital financeiro! Fim da autonomia de fato do Banco Central: Fora Meireles! Imediata e rápida redução da taxa de juros e do superávit primário; forte controle do fluxo de capitais e regulamentação do mercado financeiro.

*Ampla democratização da mídia: fora Hélio Costa do Ministério das Comunicações! Fim à ditadura dos monopólios da comunicação; todos à Conferência Nacional de Comunicação!

*Reforma política já: pela participação popular; fidelidade partidária, voto em lista e orçamento público de campanhas eleitorais.

*Reformas agrária e urbana: conter a especulação imobiliária; garantir a mobilidade urbana combater a concentração fundiária e o agronegócio, aumentar os índices de produtividade da terra, alterar a legislação para facilitar as desapropriações.

Educação: do que temos ao que queremos

Em nossa sociedade, os sistemas de ensino foram concebidos para reproduzir a ordem social dominante, seus valores, "visão de mundo" e ideologia. Portanto, a luta por uma alternativa educacional significativamente diferente, contra-hegemônica, orientando a produção de conhecimento para o interesse das maiorias está diretamente vinculada a disputa mais geral da sociedade.

A principal luta histórica dos estudantes é por uma reforma universitária que substitua o modelo tutelado pelas oligarquias e construa uma instituição intimamente vinculada aos interesses populares, orientada para contribuir para resolver os problemas sociais.

Porém, um dos pilares do avanço neoliberal era a abertura de setores, historicamente de competência do Estado, à exploração direta do capital. Isso ocorreu a educação. São tempos difíceis para a universidade pública.

Diante das medidas do governo Lula para a educação, as divergências legítimas e mesmo necessárias acabaram dando lugar a uma profunda divisão e dispersão do movimento de educação. A ausência de uma proposta consolidada do movimento de educação impediram uma intervenção que debatesse e mobilizasse a sociedade brasileira em torno de nossas propostas, de *nossa* Universidade.

Para superarmos esses limites temos uma tarefa desafiadora: promover um processo de retomada das lutas e debates em torno do projeto de universidade do movimento estudantil aprovado no 12º CONEB, **impulsionar, junto com os demais movimentos sociais a luta por uma *Universidade Democrática e Popular.***

Em um cenário em que o neoliberalismo é duramente questionado e encontra-se enfraquecido, é fundamental concentrar esforços para desfazer o movimento que protagonizou ao longo da década de 1990 no Brasil. Ou seja, o atual período exige **transferir os setores que passaram a ser alvo da exploração visando a acumulação de capital para *espaços públicos não-mercantis***, sob a orientação e gestão do Estado.

Portanto, o sentido estratégico da luta da UNE e do conjunto do movimento de educação deve estar orientado para uma, mobilizando **intensa ofensiva político-ideológica em favor de uma forte regulamentação do ensino privado e do fortalecimento do setor público estatal da educação** os setores populares, principais afetados pelos impactos da crise nos setores público e privado da educação.

É imprescindível o amplo envolvimento da rede do movimento estudantil numa **grande campanha**, que agregue mobilizações, seminários, comitês, plenárias, aulas públicas em torno do projeto de reforma universitária da UNE.

Propostas:

*Autonomia: pela garantia do direito da universidade de estabelecer sua organização interna, suas instâncias, gestão, estatutos e regimentos; vinculação orçamentária das verbas e mecanismos democráticos para definir os investimentos; pelo fim das fundações privadas nas universidades públicas; fora PM das universidades para oprimir os estudantes e a livre manifestação!

*Gestão democrática: paridade entre estudantes, professores e técnico-administrativos e participação dos movimentos sociais em todos os órgãos colegiados da instituição; instrumentos de elaboração coletiva dos planos político-pedagógicos, avaliação e orçamentos participativos.

*Revolução pedagógica: extinção dos departamentos; constituir estruturas acadêmicas permeáveis à participação democrática da comunidade e à interdisciplinaridade; incorporar a diversidade social e cultural dos educandos e da comunidade; mudança radical dos atuais currículos eurocêntricos, sexistas e heteronormativos das nossas universidades.

*Financiamento: derrubada dos vetos de FHC ao Plano Nacional de Educação; 10% do PIB para educação; pelo fim da DRU (Desvinculação das Receitas da União) na educação; recurso público somente para a universidade pública.

*Democratização do acesso: universalização e livre acesso à educação pública em todos os níveis; imediata expansão da rede pública e a adoção de políticas de ação afirmativa; fim da meritocracia como base da seleção para o ingresso; por métodos seletivos com base no combate às desigualdades.

*Assistência estudantil: rubrica específica de R$ 400 milhões para Assistência Estudantil; concepção universalizante de política pública que afaste qualquer viés assistencialista na sua implementação; fortalecer institucionalmente as ações e políticas de permanência; criação de órgãos específicos como Pró-Reitorias de Assistência Estudantil; garantia de assistência estudantil para os estudantes do ProUni.

*Regulamentação do ensino privado: não à abertura indiscriminada de cursos, apropriação comercial do conhecimento, métodos pedagógicos alienantes, proliferação de taxas e cursos pagos e aumento abusivo de mensalidades; pela aprovação do PL de mensalidades da UNE; fiscalização rigorosa das universidades que aderirem ao ProUni; não ao ensino à distância como forma de expansão desregulada do ensino privado; pelo fim da lista de inadimplentes; abertura das planilhas das instituições privadas.

Os estudantes nos trilhos da transformação

O 51º CONUNE é o fórum ideal para apresentarmos uma alternativa para o problema da organização do movimento estudantil, de sua estrutura, pois esse é um dos principais fatores que impossibilitam que a UNE tenha uma relação democrática com o conjunto do ME e possibilite uma participação decisiva dos estudantes no cotidiano. Mas para não cairmos no voluntarismo, no espontaneísmo nem no vanguardismo é imprescindível fazermos um diagnóstico mais profundo sobre o ME.

O ME, portanto, embora seja ainda o movimento juvenil mais organizado do país está longe de ser a única expressão organizada da diversidade da juventude brasileira. Temas como emprego e trabalho ganham mais centralidade em um ambiente de altos índices de precarização e difícil entrada no mundo de trabalho.

A falácia de que o problema do desemprego entre os jovens é um problema de qualificação (e não de falta de vagas) aumenta da corrida por diplomas e a procura dos bancos acadêmicos em busca de profissionalização e realização profissional – expectativa que geralmente é frustrada.

Imersos nesta realidade, fatores como...

*a reserva de vagas para estudantes negros, oriundos das escolas públicas e de baixa renda;

*o Programa Universidade para Todos (ProUni);

*a expansão dos setores público e privado em municípios e regiões distantes dos centros urbanos;

*o surgimento de nichos de mercado educacional voltados à população de baixa renda; e

*o aumento da oferta de cursos noturnos...

...transformaram o perfil do estudante, tornando-o mais popular e menos elitista e, portanto, mais impactado por fatores objetivos do lado de fora dos muros universitários.

Feito este diagnóstico, torna-se evidente que **a incapacidade de dialogar com esta**

nova realidade entre os estudantes contribui para aprofundar os problemas de legitimidade e representatividade da UNE.

Portanto são essencialmente 3 os desafios que a UNE precisa enfrentar para superar esta condição e ampliar sua capacidade de mobilização e transformação:

1)Democratizar sua estrutura e funcionamento;

2)Incidir no fortalecimento da rede do movimento estudantil;

3)Estreitar os laços do movimento estudantil com os movimentos sociais.

Democratizar a UNE:

*Organização colegiada da entidade: transformar as diretorias em coordenadorias, criar as coordenações estaduais da UNE e os Núcleos de Trabalho Permanentes (NTPs) temáticos envolvendo mais pessoas nas formulações e construção das ações.

*Potencializar e democratizar a comunicação: pelo funcionamento do Conselho Editorial, criar o boletim nacional da UNE, divulgação das teses aos fóruns da UNE no site, listas de discussões temáticas dos NTPs, orientar as entidades estudantis a investir e produzir seus próprios meios de comunicação.

*Finanças transparentes e participativas: criação do Conselho Fiscal da UNE; obrigatoriedade de planejamento financeiro coletivo; tirar Regimento Nacional de Carteiras do papel; pela descentralização da emissão através das entidades estudantis mantendo o caráter nacional através do "Selo da UNE.

*Democratizar os CUCA da UNE: presença proporcional e plural da diretoria na sua coordenação nacional; construção de um Seminário Nacional sobre Cultura com todos os DCEs interessados para definir as diretrizes da Bienal de Cultura da UNE e para disseminar a construção de CUCA.

Fortalecer a rede do ME:

*Formação política: criação da Coordenadoria de Formação Política na diretoria da UNE e da Escola Nacional Honestino Guimarães; Formulação de um Plano Nacional de Formação Política da UNE.

*Entidades gerais: realizar, durante os CONEGs, fóruns de UEEs, fóruns de DCEs e fóruns de Executivas e Federações Nacionais de Cursos; inserir os links dos sites e blogs das entidades gerais no site da UNE.

*Entidades de base: organizar uma cartilha sobre o funcionamento e a gestão dos Centros e Diretórios Acadêmicos; realizar, durante os CONEBs, atividades de formação sobre entidades de base e movimento estudantil; envio permanente de boletins específicos e orientações às entidades de base.

*Produção científica: organizar o I Encontro de Ciência e Tecnologia da UNE; envolver os jovens cientistas e pesquisadores na rede do movimento estudantil e na construção de uma educação contra-hegemônica.

Aproximar o ME e os movimentos sociais:

*Colóquios: que os DCEs e entidades de base realizem, em cada universidade, colóquios sobre o papel dos estudantes e dos movimentos sociais na disputa de rumos do país e da educação brasileira.

*Fóruns: pela criação de espaços permanentes de diálogo na universidade entre os diversos movimentos sociais que atuam em seu entorno e o movimento estudantil.

*Movimentos nos conselhos: participação das entidades da sociedade civil nos órgãos colegiados das universidades.

*CMS: que as UEEs priorizem a construção da Coordenação dos Movimentos Sociais nos estados, com foco na elaboração e defesa de uma plataforma dos movimentos para a região e o país.

Acima, manifestantes protestam contra o golpe militar de direita que tirou do poder o presidente de Honduras, Manuel Zelaya (foto ao lado).

Fora, golpistas!!

Enquanto fechávamos esta edição de *Página 13*, estava em curso um golpe militar em Honduras. O presidente eleito, de origem conservadora, vinha assumindo posições cada vez mais progressistas, entre as quais a defesa intransigente do fim do bloqueio contra Cuba. Sua atitude mais recente havia sido respaldar a realização de uma consulta ao povo de Honduras, acerca da convocação de uma Assembléia Constituinte.

A consulta popular estava marcada para o dia 28 de junho. Pouco antes da consulta acontecer, a Justiça (Gilmar Mendes estaria por lá???) decretou sua ilegalidade e mandou os militares recolherem as urnas. O presidente Zelaya convocou o povo para ir com ele até o quartel onde estavam as urnas, garantindo assim as condições para o povo votar.

A reação dos golpistas foi prender e deportar o presidente. Alegando a existência de uma carta de renúncia, o Parlamento —de maioria conservadora— reuniu-se e elegeu um novo "presidente" para Honduras. O *script* lembra o ocorrido recentemente na Venezuela e em muitos outros locais.

A novidade é o repúdio generalizado, vindo dos países latino-americanos e de outras regiões do mundo. A exigência de todos, a começar pelo governo brasileiro, é o retorno à normalidade constitucional, com a volta de Zelaya ao posto que é seu, por mandato popular: o de presidente de Honduras.

Seja qual for o desfecho, o ensinamento é claro: a direita, os reacionários, os conservadores, continuam aí. Havendo oportunidade, farão o que sempre fizeram: impedir que os governos sejam colocados a serviço da maioria do povo.

Mulher, petista, de esquerda e socialista

Lena Azevedo*

Iriny Lopes, atualmente deputada federal em segundo mandato e uma das fundadoras do PT do Espírito Santo, tem história para contar. E ela começa muito antes da criação do Partido dos Trabalhadores e em terras capixabas.

Quando desembarcou no Brasil no início da década de 50, Nicolas Georges Korres fugia do desemprego e da ascensão de forças de direita na Grécia. O monarca George II abrigou o conjunto da extrema-direita, apoiada pelos Estados Unidos, dando início, a partir de 1949, às perseguições políticas, seqüestros e torturas contra os comunistas.

Nicolas desembarca no país extremamente debilitado. Internado em um hospital em Minas Gerais, ele conhece Wanda Vitorino, uma voluntária com quem iria se casar tempos depois e ter cinco filhos. Um deles, Iriny Nicolau Corres Lopes, nascida em 12 de fevereiro de 1956, herdaria dele essa inquietação com o mundo e a veia de esquerda do velho comunista grego.

Os pais de Iriny já estavam em Vila Velha (Espírito Santo), quando ela chegou ao antigo bairro do município, chamado de Paul. Com 19 anos, ela se juntou aos habitantes da região que iniciavam um movimento contra a poluição do pó de minério, que para além de sujar as casas, causava doenças respiratórias na população local. O barulho aumentou e Iriny e outros acabaram criando a Associação de Moradores de Paul.

Tempos depois, a luta foi pelo transporte. Em Vitória e outros municípios da região metropolitana, assim como em todo país, começavam a vislumbrar o final da ditadura militar. Foi um período de participação popular intensa e no Espírito Santo, a primeira bandeira de luta foi o transporte público, na qual Iriny se integrou. Vieram depois as manifestações de mulheres contra a carestia, o direito à água, entre outras.

Nesse processo crescente de manifestações, Iriny Lopes ajudou a retomar uma articulação que resultou na criação do Conselho Popular de Vitória, que surgiu após o fórum de moradores de Vila Velha.

Era fim dos anos 70, início dos 80. Trabalhando no Sindicato dos Engenheiros, Iriny e outros companheiros discutiam o alto índice de desemprego desta categoria. Foi assim que ela e os engenheiros Silvio Ramos e Margareth Saraiva decidiram fundar a Cooperativa de Engenheiros do Espírito Santo. O sindicato foi o primeiro a ser retomado pela esquerda em terras capixabas, ainda sob a ditadura militar.

Coincidência à parte, foi essa cooperativa, junto com a Ascam (Associação dos Mutuários do Sistema Financeiro de Habitação), entidade que defendia a moradia

Foto: Rossana Lana

digna, que desenvolveu com moradores da região de São Pedro, na época uma das mais carentes de Vitória, o projeto "Minha Casa, Minha Vida" (título que o governo Lula deu ao programa habitacional implantado recentemente).

Iriny, em função da luta pela moradia, se tornou presidente da entidade em 1982, cargo que ocupou por mais dois mandatos. A Ascam, para além das questões habitacionais, iniciou um amplo debate sobre a utilização de recursos públicos, do FGTS, entre outros temas. O reajuste das prestações da casa própria em 56% em meados de 80, fez o número de mutuários inadimplentes aumentar sensivelmente e engrossou o coro dos que reivindicavam habitação digna.

O bairro Jardim da Penha, na época de classe média e com ocupação razoável de bancários, se mobilizou contra os aumentos extorsivos do sistema habitacional. Na época, Otaviano de Carvalho, que vivia no bairro e viria a se transformar numa grande liderança também dentro do PT, iniciou um processo de mobilização no bairro e Iriny, como presidente da ASCAM, apoiou a fundação da Associação de Moradores de Jardim da Penha (Amjap), que até hoje é símbolo de luta por qualidade de vida neste bairro na área norte da capital.

A mobilização desses vários movimentos resultou na Articulação Nacional de Solo Urbano (Ansur), em nível nacional, da qual Iriny fez parte. A entidade debateu amplamente a reforma urbana e foi parte importante na elaboração do capítulo sobre o tema na Constituinte de 1988. Pode-se afirmar que o Estatuto das Cidades, implantado no primeiro mandato do presidente Lula, é fruto dessa ampla discussão.

Todo o debate nacional não se restringia às áreas urbanas. Já se discutia a formação do Movimento dos Sem Terra e Iriny não só participou da primeira plenária do MST, como se mantém até hoje parceira na luta pela reforma agrária.

Paralelamente ao ativismo social, Iriny se juntou aos que achavam que o país deveria ter uma alternativa à esquerda no cenário partidário, que representasse a voz que surgia das ruas.

Fundadora do PT no ES

Em 1979, com a "abertura lenta e gradual", sindicalistas, políticos, intelectuais, lideranças religiosas e dos movimentos sociais começaram um movimento para formação do Partido dos Trabalhadores, mas foi preciso contornar os entraves impostos pela nova legislação, que ao mesmo tempo que acabava com o bipartidarismo (na ditadura militar, havia somente Arena e MDB), impunha dificuldades para a formação de partidos.

Para transpor os entraves burocráticos, foi idealizada uma comissão provisória para a criação do PT. A primeira reunião para constituir a comissão capixaba aconteceu no dia 28 de janeiro de 1980, na Ilha de Santa Maria. Os diretores da comissão deveriam percorrer o Espírito Santo para construir o partido em no mínimo 14 municípios. A despeito das dificuldades, Iriny recorda que os petistas conseguiram formar comissões em 18 municípios, incluindo Grande Vitória e do interior, como São Mateus, Barra de São Francisco, Colatina, Linhares, Cachoeiro de Itapemirim, Ecoporanga, Muniz Freire, Castelo, Guarapari, entre outros.

Foi assim que, em 10 de fevereiro de 1980, foi oficializado nacionalmente o Partido dos Trabalhadores. Uma das primeiras filiadas no Espírito Santo, Iriny e outros companheiros iniciaram a dura trajetória que 30 anos depois transformou o PT num dos mais importantes partidos de esquerda da América Latina.

O final da década de 70 e os anos 80 foram períodos de efervescência de idéias, de manifestações de massa, greves geral em torno das melhorias salariais, movimentos em que Iriny participou, como militante dos movimentos sociais e liderança petista.

O desejo de restabelecer a democracia plena no país, com o direito de os brasileiros escolherem seu presidente da República depois de quase duas décadas de regime militar, desembocou num dos maiores movimentos do país, iniciado em 1983, que foi o das Diretas Já. No Brasil, as manifestações iam cada dia mais ganhando adesão até chegar a um milhão de pessoas na Praça da Sé, em São Paulo.

Movimentos populares

No Espírito Santo, os militantes do PT, dentre eles Iriny Lopes, que já era da direção estadual, conseguiram realizar o maior comício da história capixaba, que reuniu 30 mil pessoas na Praça Oito, na região central de Vitória.

Antes mesmo das Diretas Já, Iriny havia sido membro do Comitê Brasileiro de Anistia. No campo sindical, ajudou no processo de discussão no Sindicato da Construção Civil, que protagonizou a grande virada no movimento dos trabalhadores do Espírito Santo, e, em Vila Velha, chegou a ser secretária geral do Conselho Comunitário.

No Partido dos Trabalhadores do Espírito Santo, Iriny fez parte, desde 1984, da direção estadual, já tendo sido presidente por três mandatos e ocupando as secretarias de Formação Política, de Movimentos Populares, entre outras, e também integra, há muitos anos, o diretório nacional, tendo composto a executiva nacional por quatro vezes.

O descenso dos movimentos populares de massa nos anos 90 não significou o abandono da luta. O processo de democratização do país levou os movimentos sociais a rever suas formas de luta, sobretudo a partir da eleição de presidentes da República com perfil neoliberal, como Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso. Iriny manteve a militância e contribuiu significativamente na luta das mulheres, crianças e adolescentes, idosos, índios, quilombolas e negros, pela reforma agrária e por um Brasil sem homofobia.

Fotos: Arquivo Lena

Foto: Linhares

No sentido horário: Iriny com a sambista Dona Ivone Lara; com o ativista GLBT, Cláudio Nascimento; com o arcebispo de Vitória, Dom Luiz Mancilha, durante caminhada a Campanha da Fraternidade,; com o sambista Monarco e com o presidente Lula.

Direitos civis

A defesa dos direitos civis, em especial a proteção à pessoa, marcou a vida de Iriny Lopes, especialmente nos últimos anos. O combate à violência e à impunidade a fez amiga do advogado e jornalista Ewerton Montenegro Guimarães que, juntamente com outros aguerridos companheiros, criaram o Fórum Reage/ES no final dos anos 90. A defesa da vida os levou ao combate à corrupção e ao enfrentamento das organizações criminosas que até hoje atuam no Espírito Santo. Essa luta a colocou em situação de risco de morte, motivo da proteção da Polícia Federal, desde 1999, amparada até em determinação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Decorrente do seu compromisso com a defesa dos direitos humanos, ela foi eleita deputada federal em 2002, com expressiva votação, e reeleita em 2006. Como parlamentar, integra a Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara des-

Foto: Rossana Lana

Iriny Lopes fala durante reunião do Diretório Nacional do PT

de o início do mandato e foi indicada, em março de 2005, a primeira mulher a presidir a comissão, com amplo apoio dos movimentos sociais.

Iriny integrou o Conselho de Ética da Câmara e relatou o processo que culminou com a cassação do mandato do deputado André Luiz, por tentativa de extorsão a um empresário carioca. Na Comissão Mista que apurou evasão de divisas (a CPMI do Banestado), Iriny contribuiu com vasto material comprobatório de ilícitos cometidos por empresários e políticos, mas o relatório acabou não sendo votado devido à manipulação do presidente da comissão, um parlamentar do PSDB.

Em 2009, Iriny foi indicada relatora da CPI das Escutas Telefônicas Clandestinas, em substituição ao deputado federal Nelson Pellegrino (PT-BA), que se licenciou para assumir a Secretaria de Justiça do Estado da Bahia. Dentre outras recomendações, Iriny pediu o indiciamento do banqueiro Daniel Dantas, do Grupo Opportunity, que em disputa com a Telecom Itália pelo controle da Brasil Telecom, utilizou métodos espúrios, dentre eles grampos ilegais (os representantes da Telecom Itália também foram indiciados pelo mesmo motivo).

Iriny tem marcado sua trajetória com duas linhas de ação, que no seu entender são complementares: o desenvolvimento econômico e a defesa dos direitos humanos. A perspectiva de desenvolvimento, para a parlamentar, está pautada pela criação de emprego e renda e na redução das desigualdades sociais. Assim, organizou seminários para debater a questão de exploração do pré-sal, abordando as tecnologias e a qualificação necessária para inclusão de trabalhadores locais na cadeia produtiva.

Cultura em casa

Mineira de Lima Duarte, Iriny escolheu o Espírito Santo para viver. Como nas lutas políticas, foi em terras capixabas que ela criou os três filhos que tem com Flávio Lopes: Carolina, casada e mãe de Cristal; Nicolas e Flávia.

A cultura é uma paixão em família. Iriny lembra que quando saiu de Lima Duarte, aos 19 anos de idade, adotou o teatro como forma de expressão e, com o passar dos anos, participou de todas grandes lutas da categoria. Chegou a atuar como radialista da Rádio Capixaba. Hoje, a filha Carolina é produtora cultural. Nicolas, formado em Artes Cênicas, tem um grupo de teatro e dá aulas em escolas públicas. Flávio toca no Samba a Trinta --isso sem falar Banda Boa, que ele e Iriny criaram em Lima Duarte e que até hoje desfila no carnaval de lá.

Iriny mantém uma relação de amizade e apoio incondicional ao samba capixaba, tanto nas agremiações como na velha guarda. É dela uma emenda parlamentar que além de destinar há vários anos recursos para o Carnaval de Vitória, propiciou, a partir de 2009, em parceria com a Companhia de Desenvolvimento de Vitória (CDV), oficinas ministradas por nomes de expressão nacional em vários quesitos para os integrantes de escola de samba. Do enredo, percussão, mestre-sala e porta-bandeira, alegorias, entre outros aspectos, ficou a idéia de criar, num futuro uma escola técnica para qualificar cada vez mais essa atividade que é expressão de um povo, mas também uma espécie de indústria criativa, capaz de gerar emprego, renda e mobilizar o turismo regional.

Candidata à presidência nacional do Partido dos Trabalhadores, Iriny vai priorizar dois temas: o debate programático e o papel do partido. Mas isto fica para a próxima edição de agosto do *Página 13*. ★

***Lena Azevedo** é jornalista

Os barões estão felizes

O diploma de jornalista e a hipocrisia do STF

*Pedro Estevam da Rocha Pomar**

Os senhores togados do Supremo Tribunal Federal, à frente o ilibado ministro Gilmar Mendes, decidiram derrubar a obrigatoriedade do diploma de jornalista para o exercício da profissão. Como já haviam feito no caso da Lei de Imprensa, não se preocuparam em preencher o vácuo criado com a supressão do diploma.

Pretexto: garantir a "liberdade de expressão", conforme solicitou o Ministério Público Federal (MPF), autor da ação judicial contra o diploma. Verdadeiro motivo: atender aos interesses dos conglomerados de mídia, ansiosos em desregulamentar a profissão e aumentar seu já dilatado poder no processo de formação e contratação de jornalistas, varrendo desse modo quaisquer veleidades de independência intelectual e pensamento crítico que esses profissionais possam ter.

Questionado sobre as iniciativas de vários parlamentares, que, no Senado e na Câmara Federal, falam em apresentar projetos de lei com a finalidade de reabilitar o diploma, o presidente do STF advertiu: "Não há possibilidade de o Congresso regular isso, porque a matéria decorre de uma interpretação do texto constitucional" (Estadão, 24/6, A12). Tenta proibir a retomada da discussão e, para criar confusão, ameaça cassar o alvará de outras profissões.

Muita gente, até mesmo na militância social e política de esquerda, é contrária à exigência do diploma, por acreditar no postulado liberal de que tal exigência agride a liberdade de expressão. Postulado esse defendido pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, ligada à OEA, que desde 1985 condena a exigência do diploma. Outro mote do ataque ao diploma é o fato de o Decreto-Lei 972, que instituía sua obrigatoriedade, ter sido obra da Junta Militar de 1969, em plena Ditadura portanto.

Ocorre que a exigência do diploma nada tem a ver com a liberdade de expressão. O jornalismo é uma profissão e, como tal, pressupõe: a) certos critérios para ser exercido, e b) uma relação de trabalho, que condicionará seu exercício, bem como as condições de vida do jornalista.

O jornalista profissional deve viver do seu trabalho, que é o de produzir informações relevantes (e, eventualmente, opinião) sobre questões as mais variadas. A produção e o consumo de informações jornalísticas são, no entanto, apenas parte da esfera da comunicação social. A expressão humana, ou seja, todo tipo de manifestações que caracterizam a comunicação social, é algo muito mais amplo do que a produção de informações de natureza jornalística.

A mídia hegemônica tem sido um dos pilares da dominação burguesa neste país, especialmente em sua fase neoliberal. Mas não é o diploma de jornalismo que faz desta mídia um carrasco da liberdade de expressão, e sim o caráter oligárquico de jornais, revistas e emissoras (de rádio e TV) sempre preocupados em perpetuar o capitalismo e o apartheid social existentes no Brasil.

Os grupos de mídia, como Globo, Abril, SBT, Folha, já configuram um dos principais setores da economia nacional, com receita anual de bilhões de reais cada um e interesses em diversas áreas, inclusive a financeira e a imobiliária. Tornaram-se importante ator político, participando ativamente da elaboração e execução dos projetos de dominação de classe. Alguns jornalistas foram cooptados por esse oligopólio e se tornaram porta-vozes desses projetos. Mas a massa dos jornalistas, que é assalariada, luta para manter a dignidade frente a condições de trabalho desfavoráveis.

A esmagadora maioria desses jornalistas dispõe de reduzida autonomia na execução de tarefas (e particularmente na elaboração de matérias). Como bem definiu o veterano jornalista Jânio de Freitas: "É um argumento rústico a afirmação de que diploma obrigatório de jornalismo desrespeita a Constituição, por restringir o direito à liberdade de expressão. É falsa essa idéia de que o jornalismo profissional seja o repositório da liberdade opinativa. São inúmeros os meios de expressão de idéias e opiniões. E, não menos significativo, a muito poucos, nos milhares de jornalistas, é dada a oportunidade de expressar sua opinião, e a pouquíssimos a liberdade incondicional de escolha e tratamento dos seus temas".

"A matéria-prima essencial do jornalismo contemporâneo", continua Jânio, "não é a opinião, é a notícia. Ou seja, a informação apresentada com técnicas jornalísticas e, ainda que a objetividade absoluta seja um problema permanente, sem interferências de expressão conceitual do jornalista. A grande massa da produção dos jornalistas profissionais não se inclui, nem remotamente, no direito à liberdade de expressão" (Folha de S. Paulo, 21/6/09).

O MPF ganhou um aliado na ação judicial: o Sindicato das Empresas de Rádio e TV do Estado de S. Paulo (Sertesp), capitaneado pela Globo. Portanto, nada mais natural do que a Globo festejar publicamente a queda do diploma. A gloriosa Folha de S. Paulo fez a mesma coisa, em editorial. Estão felizes: graças ao STF, começaram a desmontar a regulamentação profissional dos jornalistas.★

***Pedro Estevam da Rocha Pomar** é jornalista

Saúde: tem que ser para todos

O colapso do setor saúde não se consumou nos anos 1990, em função de intensa luta política que tinha o PT como agente político coletivo, mobilizador e organizador. Em 2000, manejando também as contradições e interesses políticos do governo federal da época, conseguimos inserir na Constituição a vinculação de percentuais orçamentários para as "ações e serviços públicos de saúde", nos planos municipal, estadual e federal. Mas, nessa ocasião, o movimento popular e progressista de modo geral não teve força política para regulamentar essa conquista.

Em 2008, uma Comissão Especial da Câmara dos Deputados, presidida pelo deputado Antonio Palloci (PT-SP) e relatada pelo membro da base governista deputado Sandro Mabel (PR-GO), aprovou a reforma tributária proposta pelos ministérios do Planejamento e da Fazenda, cuja essência é o retorno puro e simples ao estado da arte anterior à Constituição Federal de 1988.

*Ricardo Menezes**

Dilma Rousseff terá uma dificuldade durante o processo eleitoral: discutir os problemas do setor saúde com o candidato da oposição, ex-ministro da saúde do país. Isso porque em nenhum momento da nossa história recente, depois da promulgação da Constituição Federal de 1988, se tentou desfinanciar a área de proteção social como agora, caso a reforma tributária --que não incide de forma progressiva sobre renda e patrimônio, longe disso, mas ameaça desmontar o campo da proteção social-- seja aprovada como está.

A dita reforma tributária extingue as contribuições sociais --sobre o lucro, o faturamento e outros-– estabelecidas na Constituição. Necessário enfatizar: as contribuições sociais destinam-se à saúde, previdência social e assistência social (seguridade social), educação e trabalho.

Dilma Rousseff se defrontará com outro empecilho, ao discutir os problemas do setor saúde durante o processo eleitoral: ministros da Fazenda e do Planejamento do governo Lula (2003-2009), não só se opuseram --e até agora continuam se opondo-- à regulamentação do financiamento da saúde no Brasil; como também, revelando um fundamentalismo econômico desprovido de bom senso político, chegaram até, na peça orçamentária proposta para 2004, a tentar retirar recursos da Saúde para o Programa Fome Zero, o que ensejou a apresentação de reclamação ao Ministério Púbico Federal por dois militantes petistas. Na seqüência, o presidente Lula determinou ao Ministério da Fazenda que refizesse a peça orçamentária. O fundamentalismo econômico expôs o presidente Lula, no início do seu primeiro mandato, a injustificável constrangimento político.

Dilma Rousseff se defrontará com outra dificuldade: desde 1980 a União, o ente federado que mais arrecada tributos, vem se retirando progressivamente do financiamento do Sistema de Saúde nacional. Além disso, o projeto de lei complementar proposto pelo senador Tião Viana (PT-AC), aprovado no Senado Federal por unanimidade, encontra-se tramitando na Câmara dos Deputados desde maio de 2008.

Esse projeto regulamenta a Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000 (EC nº 29/2000), que resultou de proposições dos então deputados federais Waldir Pires (PT-BA) e Eduardo Jorge (PT-SP), sendo aprovada quando o presidente da República era Fernando Henrique Cardoso e quando José Serra era o ministro da saúde. A emenda alterou pontos da Constituição de 1988, para tornar minimamente provido de recursos orçamentários o Sistema de Saúde nacional. O projeto de lei complementar proposto por Tião Viana:

a) estabelece que, progressivamente, a União chegará ao patamar de 10% de suas receitas correntes brutas alocadas, anual e obrigatoriamente, na saúde, ao invés do cálculo atual que prevê que seja alocado o montante do ano anterior acrescido da variação nominal do PIB;

b) mantém o já disposto na Constituição: estados e municípios são obrigados a alocar na saúde, anual e obrigatoriamente, respectivamente, 12% e 15% de seus orçamentos;

c) define o que vem a ser despesas com ações e serviços públicos de saúde, a fim de evitar fenômenos semelhantes à já mencionada tentativa de retirar do orçamento da saúde recursos para o Programa Fome Zero e a prática de estados e grandes municipalidades de considerar

"despesa com ações e serviços públicos de saúde" o pagamento de funcionários aposentados, entre outros. O que alegam estados e grandes municipalidades para considerar funcionários inativos como "despesas com ações e serviços públicos de saúde"? Ausência de regulamentação da Constituição de 1988 ou, mais precisamente, do que foi inserido na mesma pela Emenda Constitucional 29/2000;

d) estabelece normas de fiscalização, avaliação e controle dos três entes federados, quanto à alocação de recursos orçamentários, anuais e obrigatórios, na saúde. Segundo estudo do Ministério da Saúde relativo ao exercício de 2006, de 27 estados da federação, dezoito alocavam menos do que 12% na saúde, ou seja, descumpriam o que está disposto na Constituição. Dentre eles, os estados mais prósperos: Rio Grande do Sul (4,41%), Minas Gerais (6,04%), Rio de Janeiro (10,27%), Bahia (11,44%), São Paulo (11,63%) e assim por diante.

Dilma Rousseff se defrontará com um empecilho adicional, em meio ao processo eleitoral, ao discutir os problemas do setor saúde: certas vertentes políticas e até parcela do PT parecem convencidos de que as camadas médias querem, ou têm a expectativa de pagar planos ou seguros de saúde para acessar serviços assistenciais (assistência médica, odontológica, entre outros). Isto é um enorme equívoco político e, de outro lado, constitui uma análise que não incorpora o fato de que o Sistema de Saúde nacional não se resume ao edifício assistencial. Isso tem conseqüências políticas negativas e, em outra dimensão, gera iniqüidade e agrava a desigualdade social.

A gigantesca renúncia fiscal --pessoa física e jurídica—que a União vem estimulando desde 1990, se deveu à existência de fortes interesses econômicos e políticos contrários à organização de um Sistema de Saúde nacional para todos os brasileiros e todas as brasileiras.

Na prática, sindicatos poderosos, que representam a minoria da população brasileira, negociam planos ou seguros de saúde com o patronato, processo no qual se encontra presente a renúncia fiscal da União. Nas dimensões política e ideológica, objetivamente se dá a retirada de segmento pujante e organizado da classe trabalhadora, da frente em defesa do Sistema de Saúde nacional para todos.

Isso caminha até que os trabalhadores percam o emprego ou se aposentem --nessas duas circunstâncias os trabalhadores deixam de ser alvo do negociado entre dirigentes sindicais e o patronato; ou, ainda que precisem de assistência de alto custo ou de alta complexidade --nessas circunstâncias, a depender do procedimento, via de regra essas pessoas utilizarão os serviços do SUS, mesmo que tenham formalmente direito a planos ou seguros de saúde.

Já setores das camadas médias, não sindicalizados, pagam planos ou seguros de saúde. Registre-se que são altos os valores das mensalidades e que as pessoas realizam esses dispêndios não porque querem, mas porque o acesso --ambulatórios e outros recursos-- ao SUS não foi concebido, a partir dos anos 1990, para absorver essa parcela da população.

O fato: a renúncia fiscal se faz presente até que dificuldades diversas levem essas pessoas a não poder contratar mais tais planos ou seguros (perda do emprego, dentre outros). Reiteramos: inscritos em planos ou seguros de saúde, caso precisem de assistência de alto custo ou de alta complexidade, a depender do procedimento, via de regra utilizarão os serviços do SUS.

Observe-se, ainda, que os serviços de saúde de natureza coletiva somente são prestados à população brasileira pelo SUS.

Segundo dados do IBGE (2008), em relação aos serviços assistenciais 81,5% da população utilizam os serviços do SUS e não são beneficiários ou pagam planos ou seguros de saúde, enquanto 18,5% são beneficiários ou pagam planos ou seguros de saúde, o que não quer dizer que não utilizem também serviços vinculados ao SUS.

É sabidamente pequeno o investimento per capita de recursos públicos na saúde, considerando o padrão de desenvolvimento econômico do Brasil, para atender a esmagadora maioria da população brasileira que não tem direito a serviços assistenciais ligados a planos ou seguros de saúde, junto com os serviços de saúde de natureza coletiva que somente são prestados pelo SUS;

É daquele pequeno investimento per capita de recursos públicos na saúde, alocados no SUS, que se originam os recursos do custeio para 18,5% da população, que tem direito a serviços ligados a planos ou seguros de saúde, cuja parcela ponderável também utiliza os seguintes serviços no SUS: assistência de alto custo e de alta complexidade, assistência em urgência e emergência, assistência ao câncer, assistência às pessoas com HIV/AIDS e certas enfermidades infecciosas, assistência aos transplantados (a legislação, acertadamente, delimita esses serviços como atributo do poder público), dentre outros.

Renúncia fiscal é algo que se faz porque desta forma, no limite, o poder público contribuiria para garantir direitos sociais - e a saúde é um deles, melhores condições de vida e talvez um pouco mais de felicidade aos cidadãos e às cidadãs, sem grandes perdas de arrecadação. Mas esse não é caso da saúde, porque a renúncia é grande, estimando-se que traduza um patamar elevado em relação ao total do investimento privado na saúde.

Ou seja, a União, nesses termos, é uma espécie de co-financiadora indireta de empresas de planos e seguros saúde. Informação de técnico do IPEA, atualmente no Ministério da Saúde, aponta a complexidade da mensuração do volume da renúncia fiscal --pessoa física e jurídica--, ao passo que Nelson Rodrigues dos Santos, professor da UNICAMP, estimou algo em torno de 12 bilhões de reais por ano.

Por que não se prioriza politicamente implantar de vez no nosso país um Sistema de Saúde nacional para todos, regulamentando-se já o financiamento da saúde e garantindo-se, assim, fontes estáveis municipais, estaduais, do Distrito Federal e da União, o que propiciaria com o tempo eliminar a renúncia fiscal na saúde e, ainda, agregar recursos advindos da implementação de arrojado processo de ressarcimento ao SUS, previsto na Lei 9.656, de 3 de junho de 1998, e que, hoje, não vem sendo executado com a abrangência devida pela Agência Nacional de Saúde Suplementar? ★

Ricardo Menezes é sanitarista e militante do PT

A gigantesca renúncia fiscal que a União vem estimulando desde 1990, se deveu à existência de fortes interesses econômicos e políticos contrários à organização de um Sistema de Saúde nacional para todos os brasileiros.

Ministério na área

Lula cumpre compromisso assumido em 2002

*Altemir Viana e Rosana Ramos**

O presidente Lula sancionou no dia 26 de junho a lei que cria o Ministério da Pesca e Aqüicultura e a nova lei da pesca e aqüicultura. As duas novas leis representam uma importante vitória para o setor.

A nova lei, que tramitava há 14 anos no Congresso Nacional, define as regras para o exercício da pesca e os instrumentos de apoio ao seu desenvolvimento; reconhece os pescadores e aqüicultores como produtores rurais e beneficiários da política agrícola; introduz a preocupação com a sustentabilidade dos recursos pesqueiros; e reconhece como trabalhadoras da pesca as mulheres que desempenham atividades complementares à pesca artesanal, como conserto de rede, beneficiamento e comercialização da produção.

A criação do Ministério da Pesca e Aqüicultura representa mais poder de decisão e mais recursos para apoiar o desenvolvimento do setor. A nova estrutura do Governo Federal atende aos compromissos da Carta aos Pescadores, assinada pelo presidente Lula em agosto de 2002.

Já como resposta à carta, o presidente assinou em 2003 uma Medida Provisória criando a Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca (Seap), ligada à Presidência da República e com status de Ministério.

A transformação da Seap em Ministério da Pesca e Aqüicultura garante maior estabilidade institucional e perenidade das políticas; põe fim às descontinuidades que caracterizavam a intervenção dos governos nas últimas quatro décadas; permite a resolução dos problemas das competências, atualmente dispersas em vários órgãos do governo federal.

A nova estrutura garantirá um corpo técnico permanente por meio de concursos, saindo da situação de dependência de cessão de servidores de outros órgãos, política esta que deixava a Secretaria numa situação muito frágil e com grande rotatividade de servidores gerando instabilidade funcional.

Desafios do próximo período

O próximo período exigirá investimentos significativos em infra-estrutura, demarcação de parques aqüícolas, estruturação das comunidades pesqueiras e políticas de crédito, construção da frota nacional, assistência técnica e capacitação.

José Fritsch, primeiro titular da Seap

Altemir Gregolin, ministro

O orçamento do Ministério da Pesca e Aqüicultura para desenvolver as políticas públicas do setor terá que chegar a pelo menos 1 bilhão de reais anuais para permitir a efetivação dos programas necessários ao desenvolvimento do setor. Nos primeiros cinco anos da Seap, a dotação orçamentária variou de maneira crescente de 90 a 130 milhões. Neste ano, orçamento previsto é de 464 milhões de reais.

O Brasil poderá triplicar o emprego, a renda e a produção de pescado, no curto prazo, desenvolvendo o mercado interno e se tornando um dos maiores fornecedores mundiais do produto. Para isso, precisamos vencer alguns desafios.

Um deles é a implementação de um modelo de produção que tenha como fundamento a sustentabilidade ambiental e a inclusão social. O modelo produtivo deve ainda ser gerador de trabalho, emprego e renda, além de ser capaz de garantir a cidadania às populações que vivem da pesca e aqüicultura.

Outro desafio é o desenvolvimento da cadeia produtiva em seu conjunto. É necessário encurtar o seu tamanho, aproximar mais o pescador e o produtor do consumidor, reduzir custos e melhorar a qualidade. É de fundamental importância ampliar o associativismo e o cooperativismo pesqueiro e aqüícola; aprofundar as políticas de crédito, assistência técnica e extensão, comercialização e infraestrutura; criar o Banco Nacional de Dados Pesqueiros, capaz de subsidiar a construção e implementação das políticas públicas.

No plano internacional, há a necessidade de garantir os interesses brasileiros no mercado europeu e aprovar da proposta brasileira na Organização Mundial do Comércio (OMC), permitindo a aplicação de subsídios para a pesca no Brasil e nos países do eixo Sul-Sul, e restringindo esses mesmos subsídios para os países ricos.

> *"As duas leis – a da pesca e a que cria o Ministério da Pesca e Aquicultura - são extremamente importantes para o desenvolvimento do setor. A criação do Ministério vai significar a consolidação das políticas de estado de longo prazo para o potencial aquícola e pesqueiro brasileiro, além de ser uma demonstração do compromisso do governo com essa atividade".*
> **Altemir Gregolin** – ministro de Estado da Pesca e Aquicultura

Por fim, um importante desafio é o fortalecimento das organizações do setor, para que aprofundar a democracia e garantir o controle social do Estado. É preciso interlocutores fortes junto aos pescadores e aqüicultores. Neste sentido, é necessário garantir a realização das Conferências Nacionais de Aqüicultura e Pesca, bem como, fortalecer e aperfeiçoar o Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca (Conape). Além de estimular os governos estaduais e as prefeituras a criarem espaços colegiados e instâncias coletivas, como os conselhos estaduais e municipais para definição de políticas de desenvolvimento do setor.

Estas mudanças ampliarão as disputas pelo controle e pela orientação política do novo Ministério. Enfrentaremos essas disputas qualificando nossa linha, ampliando as relações com o partido, organizando a base social e ampliando os mecanismos de controle social, participação popular e gestão compartilhada. ★

***Altemir Viana e Rosana Ramos** são militantes do PT